

A guerra contra os Kaingang: resistência indígena em defesa de seu território e pela sobrevivência no interior paulista (1882 a 1912)

The war against the Kaingang: indigenous resistance in defense of their territory and for survival in the interior of São Paulo (1882 to 1912)



KLEIN, Daniel da Silva*

 <https://orcid.org/0000-0002-0190-2132>

RESUMO: O artigo explora a invasão colonialista que ocorreu nas terras Kaingang entre 1882 e 1912, dando ênfase ao processo de resistência desse povo, que assumiu uma postura dura e guerreira perante essa violação na região noroeste de São Paulo. Os argumentos focam nos problemas envolvendo os bugreiros, braços armados dos colonos proprietários, as expedições exploradoras do governo paulista, que atacavam aldeias e roubavam utensílios Kaingang, e o avanço de uma determinada estrada de ferro pelas terras desse povo, que acentuou o volume dessa invasão. A pesquisa partiu de uma investigação hemerográfica junto aos arquivos da Biblioteca Nacional e está vinculada a um projeto de cunho nacional sobre os indígenas, ora em desenvolvimento junto à Universidade Federal de São Carlos.

PALAVRAS-CHAVE: Invasão colonialista; bugreiros; Kaingang; São Paulo.

ABSTRACT: This article explore the colonialist invasion of Kaingang lands between 1882 and 1912, emphasizing the resistance of these people, who adopted a strong, combative, stance in the face of this violation in the northwestern region of São Paulo. The article focus on the problems involving the bugreiros (armed groups hired to attack indigenous communities by landowners), government, which attacked villages and looted Kaingang artifacts, and the expansion of a specific railroad through these people's lands, which intensified the process of this invasion. The research is based on a newspaper investigation in the archives of the National Library and is linked to a national project on indigenous people currently at the Federal University of São Carlos.

KEYWORDS: Colonialist invasion; bugreiros; Kaingang; São Paulo.

Recebido em: 13/08/2025

Aprovado em: 14/04/2026

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: daniel.klein@ufscar.br



Considerações Iniciais

Durante o período imperial, uma das poucas legislações de cunho nacional que tratava de alguma forma dos indígenas foi o Decreto n. 426, de 24 de julho de 1845, que previa várias ações como a vacinação dessas populações, o catecismo católico e uma série de outras intervenções. Destaca-se, sobretudo, “exercer toda a vigilância em que não sejam os índios constrangidos a servir a particulares” e, importante, “procurar que sejam demarcadas as terras dadas aos índios, e proceder à demarcação das porções das mesmas” (Decreto N. 426, 1845).

Após séculos sob as mais variadas sevícias, os indígenas teriam um guarda-chuva legal respeitável para os padrões do século XIX, mas a efetivação dessa legislação não chegou nem mesmo perto de ser a mínima possível. Com o tempo, os cargos de diretores indígenas viraram moeda de troca em barganhas políticas locais e, como lemos na tese *O vasto teatro civilizatório*, houve um gradual abandono do

Interesse por parte do Estado pelo trabalho dos indígenas, pressupondo que as ações deles configuraram-se como empecilhos para o êxito da política indigenista, ainda que no final do século XIX e início do XX, verifica-se a descaracterização dos indígenas enquanto povos que necessitavam ter seus patrimônios preservados (Oliveira, 2023, p. 14).

Com essa descaracterização dos indígenas e o progressivo abandono das políticas de salvaguarda dos seus territórios e modos de vida, houve uma abertura para que fossem tratados cada vez mais como entraves ao desenvolvimento da colonização rural do Brasil, que avançava a passos largos naquela virada de século. Na verdade, houve uma paralisação completa da proteção dos indígenas nas esferas governamentais, que passaram a atuar diretamente em favor dos proprietários rurais.

Quando lemos a justificativa da lei que criou o *Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais*, SPILTN, depois, SPI, em 1910, o governo federal reconhecia essa condição precedente. Dizia-se que, desde o final do período imperial, o Brasil atravessava um verdadeiro massacre dos povos indígenas e a sujeição dos sobreviventes a um regime de trabalho muito próximo da escravidão, por isso era urgente que se mudasse a ótica da palavra catequese para a da proteção (A proteção dos índios, 1910).

Nesse cenário de mudanças no regime político nacional, avanço do colonialismo pelos interiores e declínio da proteção estatal aos indígenas, os Kaingang residentes em São Paulo

viram o maior processo de reordenação territorial daqueles anos. Suas terras foram as mais impactadas pelo avanço populacional e da cultura cafeeira, o que gerou diversos conflitos que veremos em breve.

Outros indígenas das vizinhanças, contudo, não conseguiram sobreviver a esses tempos. As matanças de indígenas no antigo caminho para Goiás, saindo de Campinas, passando pela região que originaria Ribeirão Preto até o Triângulo Mineiro, abrigavam um sem número de povos como os Quirixá, Araxá, Kreen-Akarôre e muitos outros, genericamente denominados como Caiapós Meridionais, e que no período de nosso recorte estavam extintos (Mano, 2020, p. 6-9).

Apesar dessa matança, a ocupação territorial em São Paulo permanecia muito localizada e em 1841 o mapeamento de Daniel Pedro Müller descrevia grande parte da então província como “sertão desconhecido”. Mais de trinta anos depois, em 1875, Robert Alexander Habersham apontava o avanço da ocupação para o chamado noroeste paulista, região que, em 1886 encontrava-se em franca expansão, apesar de existirem ainda muitos “terrenos desconhecidos” (Müller, 1841; Habersham, 1875; Sociedade promotora da imigração, 1886).

A grande área que ia do rio Tietê até o Paranapanema se tornava, portanto, o foco dessa reocupação e ali residiam os Otis e Kaingang, que mesmo com as guerras existentes entre eles, tinham grandes populações relativamente preservadas e sem maiores contatos. Acontece, porém, que o surto colonialista daqueles interiores foi motivado pela imigração de investidores vindos de Minas Gerais, que procuravam incorporar aquelas terras ao mercado agrícola internacional do café. Eduardo Giavara afirma que eram agricultores pauperizados do Triângulo Mineiro – que procuravam terras baratas, tendo em vista o esvaziamento da economia aurífera e dos diamantes (Giavara, 2016, p. 154-155).

O único adendo a essa análise é que os fazendeiros mineiros que migraram para o interior paulista não eram tão pauperizados, ocupavam cargos públicos de alta relevância e articulavam casamentos de seus herdeiros com famílias abastadas de outras províncias/estados.

Nos livros de memorialística saudosa encontrados em sebos, por exemplo, destaca-se o caso do Comendador João Quintino de Oliveira Teixeira, de Uberaba. Proprietário da Fazenda Gertrudes, que acumulou funções de prestígio, atuando como juiz, delegado, vereador, deputado, comandante da Guarda Nacional, além de ter sido agraciado como

Comendador da Ordem de Cristo. Sua filha, Francisca Angélica Teixeira, casou-se em 1854 com João Francisco Diniz Junqueira, natural de Batatais, em São Paulo, e, a partir de Ribeirão Preto, ambos expandiram seus investimentos pelo interior paulista (Bastos, 1996, p. 11).

É muito difícil que essas e outras famílias que colonizavam as terras Kaingang e Oti estivessem empobrecidas naquele momento. De todo modo, os indígenas não contavam com qualquer salvaguarda oficial naquele momento, tendo em vista o enfraquecimento deliberado das políticas de proteção. Dessa forma, os colonizadores se aproveitaram desse vazio legal para declarar guerra contra esses povos. Os Oti, contudo, não sobreviveram, pois habitavam as áreas mais cobiçadas pelos grandes proprietários – de campo aberto e florestas baixas.

Seu extermínio foi estudado naquele que talvez seja o texto mais famoso do antropólogo Curt Nimuendajú, *O fim da tribo Oti*. Baseado em uma investigação feita a pedido do Museu Paulista, foi escrito em 1910 e permaneceu por muito tempo sem qualquer publicação. Possivelmente, as autoridades paulistas não gostariam de admitir que aquele povo tinha passado por um bárbaro genocídio. Nimuendajú demonstra que até mesmo o nome desse povo, Oti, significaria algo como corredores dos campos, uma alusão a sua origem e demarcação de um território tão cobiçado.

O estopim para esse genocídio começa, segundo Nimuendajú, com a batalha de Santa Luzia, em 1842, quando Teófilo Otoni perde sua revolta liberal e muitos colonos mineiros rumam para o noroeste paulista. Esses cafeicultores descobrem os Campos Novos do Paranapanema por volta de 1860 e, nos seus arredores, os Oti. Moravam em pequenas aldeias, margeando os rios e nas bordas dos campos, mas eram “inimigos assíduos e mortais dos Coroados, selvícolas do rio do Peixe” (Nimuendajú, 1982, p. 35).

Apesar desses atritos, não foram os Kaingang que exterminaram os Oti, mas os bugreiros, e Nimuendajú descreve uma caçada praticada por esses assassinos. Em 1870, João da Silva armou mais de cinquenta caçadores e seguiram para uma aldeia no córrego da Lagoa, lá

Os Otis dormiam o sono dos incautos e além disto a cerração encobria o inimigo, que se aproximava; uma parte deste, pois, a pé, passando através de uma pequena faixa de mata que estendia pelos fundos da aldeia, cortou-lhes a fugida, enquanto a outra parte, a cavalo, deu a investida pela frente pelo campo aberto e em poucas horas se via uma carnificina, igual a tantas outras que pode enumerar a história do nosso sertão (Nimuendajú, 1982, p. 35-36).

Nimuendajú ouviu de José Paiva, um dos bugreiros que atuou nesse dia, “que os mortos estavam em montes sobre o terreno” (Nimuendajú, 1982, p. 36). Nos anos seguintes, eram caçados e laçados como animais, alguns foram vendidos como escravos e até mesmo as mulheres usadas no comércio sexual. Em 1908, o antropólogo diz que percorreu “por mais de uma semana e por todos os recantos de campo, não encontrando um vestígio sequer” dos Oti, afirmando “que eu saiba com segurança são apenas três os sobreviventes” (Nimuendajú, 1982, p. 39).

Provavelmente esses três Oti foram os que o SPI resgatou de um grupo de bugreiros, desbaratado pelos agentes da instituição, que vinha atacando aldeias nos rios do Peixe e Paranapanema no final de 1910. Em um relatório do diretor da seção paulista do órgão, datado do ano seguinte, diz-se que ainda existiam “duas índias que vagueiam, amedrontadas, nos campos do Paranapanema” e seriam colocadas pessoas para estabelecer contato com elas (Várias notícias, 1911).

O texto de Nimuendajú foi posteriormente publicado pelo capitão Antônio de Paiva Sampaio, mas sua autoria original só foi reconhecida em 1923, quando Alípio Bandeira explica quem de fato redigiu o texto. Nessa reedição, Bandeira acrescentou algumas informações sobre os sobreviventes. Diz que um deles vivia na mendicância junto ao distrito de Aparecida, do município de São Manuel do Paraíso, não fornecendo mais informações. A outra era Luíza Xavante, casada e que residia na capital. Foi capturada várias vezes, sendo que em uma delas sofreu com um balaço nas costas. Temos ainda Maria Xavante, que também morava na capital, era casada com um italiano e tinha dois filhos.

O último foi José Xavante, que tinha sido capturado em uma batida de bugreiros, fora vendido como escravo e depois trocado por uma vaca. Morava em um acampamento indígena no Ribeirão dos Patos, onde morreu em 1919. Sempre trabalhou pelo sistema de aviamento, ou seja, recebia em produtos consumíveis, nunca tendo recebido salário (A derradeira Oti, 1923).

Os Oti, contudo, ainda não tinham sido extintos totalmente. Em 1916, Geraldo de Paula Souza esteve visitando a terra indígena de Icatu, onde pôde verificar que ali moravam alguns Oti, que foram capturados pelos Kaingang quando eram crianças nas guerras que travaram (Souza, 1918).

Desses, a última Oti foi dona Maria Rosa Keretche, que tinha aproximadamente cento e dez anos quando deu uma entrevista ao semanário *Orla*, em 1982. Ainda morava em Icatu

e tinha trabalhado por quarenta anos como boia-fria nas plantações dos arredores. Mesmo com a idade avançada, era muito lúcida e informou que o nome de seu povo significa corredor do campo. Apesar da idade, era um monumento que andava em média cerca de vinte quilômetros por dia, “ela não consegue ficar parada um dia sequer. Quando não tem nada que fazer na aldeia de Icatu, vai às fazendas vizinhas a pé e ninguém ousa proibi-la” (Índia de 110 anos).

Dona Maria Keretche passou a vida inteira solteira, porque “nunca quis ninguém”, afirmando que seus descendentes eram os filhos do chefe Kaingang la la Ti, que a salvou e os criou como seus. Faleceu em sua casa no sábado, vinte e dois de outubro do ano de 1988, e relatou-se que em seus últimos tempos só rememorava acontecimentos traumáticos, envolvendo as mortes e perseguições que presenciou na infância e juventude (Morre a última Oti-Xavante, 1988).

Diante desse cenário de guerra aberta aos indígenas em São Paulo, resta entendermos como os Kaingang conseguiram sobreviver, resguardando para si um território mínimo dentro de uma região tão contestada. Assim, não acreditamos que as estruturas históricas sejam inertes; logo, as perspectivas que as explicam também devem ser moventes. Nesse caso específico dos Kaingang, usaremos a noção de resistência para lidar com as experiências vividas por esse povo no período enfocado (Thompson, 2001)¹.

As fontes selecionadas, basicamente hemerográficas, com o suporte de relatórios e bibliografia especializada, foram lidas de maneira serial; ou seja, não procuramos, nas notícias de jornal, seus vários sentidos linguísticos. Nós as lemos procurando regularidades; no caso, aquelas que noticiavam os confrontos contra os Kaingang. Entre 1882 e 1912, os jornais brasileiros de maneira recorrente essa população para tratar de ataques a aldeias, assassinatos cometidos por bugreiros, combates em fazendas e assuntos correlatos. As palavras buscadas foram São Paulo, índio, indígenas e coroados – denominação pela qual os Kaingang eram identificados naquele período.

Isoladamente, essas notícias contêm informações imediatas, mas quando as tomamos em série, nos mostram esse movimento histórico de invasão do território indígena e as ações de resistência que acionaram perante essa violação. Assim, fugimos da noção de que elas

¹ Este livro tem um artigo, que foi retirado o *A miséria da terra*, em sua primeira edição brasileira – posteriormente incluído. Nos capítulos de apresentação de Alexandre Fortes, Antônio Luigi Negro, Paulo Fontes e, principalmente, Sérgio Silva encontramos a noção de que a única permanente do materialismo histórico seria a luta de classes, algo que em nossos brevíssimos parágrafos acreditamos ser a-histórico.

falam “a verdade dos fatos” ou “que inventam propositalmente narrativas emocionais”, tratando-as como fontes que delimitam determinados contextos, que podem ser compreendidos caso sejam lidas em conjunto.

Essa perspectiva de leitura não é nova, visto que no começo da década de 1980, Renée Barata Zicman nos informava que os jornais operam um encadeamento continuado das notícias, “que precede a operação historiográfica” (Zicman, 1985, p. 90). Além disso, é comum que leiamos essas fontes em sentido contrário às intenções de seus autores, que escreviam para uma elite leitora capaz de adquirir os jornais. Por isso, os estereótipos construídos em relação aos indígenas precisam ser analisados criticamente (Barros, 2021, p. 427;435).

Panoramas de uma guerra

O território Kaingang tornou-se, portanto, um grande centro de reocupação econômica e social. No entanto, esse povo ocupava uma região que se estendia de São Paulo ao Paraná, onde a situação era muito diferente. Naquela unidade, esse povo foi, na maioria, alvo dos aldeamentos catequéticos e impositivos, muitos deles abertos como iniciativa dos governos locais. Nesses aldeamentos, estimava-se, em 1882, uma população de mil e quinhentas pessoas, ao passo que em terras paulistas, na condição de isolamento, residiam aproximadamente mil.

A respeito desse povo, as visões eram pautadas por estereótipos adjetivantes, geralmente de cunho negativo. Dizia-se que descendiam “da numerosa e infeliz raça guarany; são, porém, menos inteligentes e vingativos, conquanto alegres, expansivos e hospitaleiros”, sendo que “cada diabo de cacique é um déspota em seus arraiais, uma espécie de sultão com o seu harem de caboclas, que não têm outro enfeite que a tanga ou curú”. Essas visões sequer se preocupavam em compreender que os Kaingang pertencem ao tronco linguístico Jê, bem diferente dos Guarani (O Cacique Bandeira, 1882).

O primeiro estabelecimento que coloniza terras Kaingang é o arruado que daria origem à cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, que foi sendo aberto após 1842 com coronéis fugidos da batalha de Santa Luzia, provocada por Teófilo Otoni². Um deles, José Theodoro de Souza, era

² As crônicas saudosistas dizem que o heroico fundador desse arruado foi José Theodoro de Souza. Vide, entre tantos sites memorialistas, o da prefeitura: <https://www.santacruzoriopardo.sp.gov.br/historico-da-cidade>. Acesso em: 04/04/2025.

conhecido como o último bandeirante e, juntamente com outros mineiros como João da Silva, foram expulsando os Kaingang para o sertão de Anhumas (Pinheiro, 2005, p. 135).

A massiva invasão daquelas terras originárias tinha início e, a partir do exemplo paranaense, o deputado Emygdio José da Piedade, defendia a aprovação de um projeto que preconizava a criação dos aldeamentos catequéticos na comarca de Lençóis. A morosidade fez com que a iniciativa ficasse parada por dois anos e ele dizia que residia

Em Santa Cruz do Rio Pardo há cerca de 6 annos. Durante esse período, à excepção do anno passado, foram victimas muitas pessoas. Em 1880, de uma só vez, assaltaram a lavoura de um daqueles moradores e mataram uma família composta de 15 pessoas. Pouco depois assaltaram outro roçado e mataram 2 pessoas, e assim em differentes tempos e logares, fizeram sempre grande número de victimas. O aldeamento destes índios, nas condições expostas, é um proveito duplo: chama-os ao grêmio social, modificando os seus costumes pelo trabalho e tornando-os garantia contra a aggressão dos selvagens (Assemblea Provincial, 1882).

O projeto defendido por Piedade certamente não prosperou e, em 1886, aquele município vivia às voltas com as intensas correrias, onde indígenas eram atacados por bugreiros e revidavam contra-atacando fazendas e demais propriedades rurais. Os moradores da cidade propriamente dita receavam que a guerra adentrasse até mesmo o núcleo urbano, extrapolando o espaço rural onde se desenvolviam os combates (Correrias dos índios, 1886).

Diante da resistência dos guerreiros Kaingang, os colonos cafeicultores contratavam indígenas de outras tribos para ajudar as turmas de trabalhadores. Em 1891, um desses indígenas se notabilizou em uma batalha campal descomunal, onde ele e cerca de vinte peões teriam sido atacados por uma força numericamente muito maior. Nos Campos Novos do Paranapanema, “dentro em pouco o assalto assumio feição de verdadeiro combate em plena floresta virgem” e aquele “índio manso”, sem medo algum, “penetrou naquele turbilhão de homens hediondos e assim confundido com elles, conseguiu pô-los, após sangrenta luta, em debandada”. Da turma de trabalhadores, um saiu gravemente ferido e outro, morto. O indígena aliado deles conseguiu matar um dos chefes Kaingang no combate e mais dois companheiros deste, que foram arrastados “em gemidos para o centro das florestas” (São Paulo, 1891).

A historiadora Niminon Pinheiro pôde verificar que no processo de resistência dos Kaingang de São Paulo houve uma modificação preponderante no modo de vida daquele povo, que outrora se habituou a viver nos campos e matas abertas, mas, para sobreviverem,

passaram a morar na densa mata Atlântica. Para ela, “as florestas aparecem como refúgio: o indígena embrenhava-se nela em busca de proteção e dissimulação de sua presença aos olhos dos fazendeiros” (Pinheiro, 1992, p. 53).

Essa característica de reclusão e a constante recusa em se aproximar dos colonizadores aproximam os Kaingang dos Guaianá do Brasil Colônia. Tradicionalmente, são entendidos como o mesmo povo, ou seja, estavam habituados ao bandeirantismo paulista, mas, “lembramos que as perseguições de bugreiros, sofridas pelos Kaingang na segunda metade do século XIX e início do XX, foram de violência sem paralelo na história” (Pinheiro, 1992, p. 60).

A violência provinha das inúmeras batidas provocadas pelos bugreiros e, naqueles tempos, se definia essa violação como um grande agrupamento de capatazes, contratados pelos proprietários colonos para atacar aldeias indígenas. Essas matilhas de assassinos surpreendiam as aldeias geralmente à noite ou no raiar do dia, matando todos que encontravam, inclusive mulheres e crianças (Sertões, 1906).

Desses bugreiros, um se notabilizou como nêmesis para os Kaingang, um inimigo declarado chamado Adão Bonifácio Dias. Ele chegou ao vale do rio Feio em 1888 com um grupo composto por João Justino, Leão Cerqueira, Luiz Wolf e outros, estabelecendo a fazenda Congonhas, pertencente à família Viana, na região de Pirajuí. Nesses primeiros tempos, como encarregado, sua tarefa foi coordenar uma das maiores plantações de café de toda aquela zona, que atraiu mais investidores a partir de 1890, quando o governo estadual instalou ali um acampamento temporário para a abertura da atual rodovia Marechal Rondon (Nascimento do império cafeeiro, 1957; Interessantes dados históricos, 1950).

Dias virou o mais notório dos bugreiros atuando em São Paulo, porque se especializou em uma atividade mais continuada e isolada, de espia. Segundo o jornalista Lacerda Franco, um bugreiro espia era uma espécie de vigia, sempre em giro cercando as fazendas e plantações com picadas, realizando “excursões, destruindo os ranchos, estragando os montes de flechas que os índios acumulam nos seus trilhos” (Sertões, 1906).

Em 1898, Adão Bonifácio era uma celebridade laureada na capital federal como o “descobridor dos vastos sertões”, quando chegou a ser entrevistado para divulgar suas peripécias. Disse que, em uma de suas expedições, os indígenas abandonaram sua aldeia, que tinha mais de cento e vinte casas, só de saber que estava chegando. Noutra ocasião, teria presenciado como os Kaingang deglutiram dois homens que faziam uma derrubada no

entorno do rio Feio, conduzindo um ataque de represália. Essa entrevista na qual se autologia foi publicada no Rio de Janeiro, junto ao Diário de Notícias, o que demonstra o alcance das informações a respeito da reocupação dos interiores paulistas e como as notícias sobre os embates contra os indígenas eram preponderantes para os jornais (Índios em S. Paulo, 1898).

Em 1900, o bugreiro já não era um jovem rapaz, porque em uma notícia é chamado de “o velho” e naquele ano participou de uma caçada com Antônio Pedro, Luiz Wolf e mais alguns ajudantes que percorriam o rio Feio. Em determinado momento da navegação, “subjugados pela soberba vegetação que domina toda a margem do citado rio, quando inopidamente, divisaram ao longe um grupo de indígenas que demandavam o mesmo rio”. Ao verem os bugreiros, os Kaingang “retrocederam e escalaram prestes a barranca do rio”, mas os assassinos não se deram por satisfeitos e foram atrás, dando de frente com um segundo grupo, que após uma troca de tiro e flechadas, também fugiu (Horda de índios, 1900).

O barco desse segundo grupo foi abandonado e dentro tinha flechas, anzóis, apetrechos de pescaria, caça e todos esses pertences dos indígenas foram roubados. A caçada prosseguiu e logo a aldeia foi localizada em meio à mata, não havendo registros sobre o que sucedeu naquele local. Diz-se apenas que Adão Bonifácio encontrou nas residências alguns bens seus, que tinham sido roubados de seu rancho no ano anterior. Registra-se que essa notícia recebeu o nome de *Hordas de índios*, representando os indígenas literalmente como inimigos a serem combatidos e foi publicada no jornal mais famoso do país, o *Jornal do Brasil* (Horda de índios, 1900).

Em 1901, as matas paulistas viram se desenrolar uma trama, que mais parece ter sido escrita para um filme. Dias montou uma trupe de bugreiros para executar a batida que mais reverberou na trajetória dos Kaingang, mas para uma expedição de extermínio tão violenta, precisava da ajuda de alguns guias conhecedores das matas, obrigando o cacique Guarani José Honório Avacaujú e alguns de seus guerreiros a participar da empreitada. Caso Avacaujú se recusasse, os assassinos prometeram perseguir não só ele, mas toda a sua família. Dessa forma, Adão Bonifácio e os seus,

Partindo da fazenda Acampamento, foram para oeste, dobrando depois para o sul, e surpreendendo um pequeno acampamento dos Coroados, onde mataram a tiros um velho casal e um jovem índio e prenderam vivo um rapaz. Os bugreiros regressaram triunfantes, trazendo na ponta de uma vara os órgãos sexuais do velho Coroadado (Nimuendajú, 2013, p. 324).

Com as genitálias do velho senhor esquartejado e morto em mãos, Dias, ou melhor, Adãozinho como era conhecido, promoveu um desfile com elas pelas ruas de uma vila, o que provocou a ira dos guerreiros Kaingang. Certamente aquele senhor era uma liderança de importância capital para seu povo, porque o bugreiro tratou de humilhá-lo mesmo após morto e os guerreiros de seu povo iniciaram ali uma verdadeira intentona de vingança.

Os primeiros a virarem alvo foram os Guarani, mas um terceiro personagem entrou no meio da querela, o Monsenhor Claro Monteiro, que queria fazer uma expedição geográfica no rio do Feio e, ao mesmo tempo, abrir uma missão catequética junto aos Kaingang. Acontece, porém, que Monteiro procurou como guias justamente a turma de Avacaujú e aceitaram segui-lo para o meio dos guerreiros que os procuravam.

O antropólogo Curt Nimuendajú refez narrativamente essa peripécia um tanto imprudente porque era filho adotivo de Avacaujú, que lhe narrou em primeira mão os acontecimentos. Nimuendajú explica que, nos preparativos da missão, Monteiro se casou com a filha do chefe Guarani e ainda levou uma criança para aquela expedição, que partiu das redondezas de Bauru. Ao chegarem no rio do Peixe, caminharam por trilhos nas matas, navegaram e, nessas idas e vindas, os Kaingang os atacaram.

O padre caiu morto junto com outras pessoas da expedição, enquanto alguns Guarani fugiram para sua aldeia, mas logo os Kaingang chegaram e queimaram tudo o que encontraram pela frente. Dali, um punhado conseguiu se evadir para a cidade, onde foram acusados de traição e presos. Posteriormente, contudo, soube-se de todos os meandros do episódio e uma expedição punitiva foi organizada (Nimuendajú, 2013, notas 2 e 3; p. 324).

Monteiro costumava dizer que não temia os indígenas, porque só receava “os civilizados, os chamados posseiros, que lá praticam toda a sorte de atrocidades, abusando da boa-fé e da ignorância dos índios”. Não se sabe a data correta em que Monteiro teria sido morto e nem os motivos que levaram os Guarani a acompanharem aquela empreitada, mas parece que não sabiam o que os guerreiros Kaingang planejavam. As poucas certezas que se têm sobre o que se passou são que partiram da fazenda da Faca em quinze ou dezesseis de abril e, cerca de trinta dias depois, os Guarani retornaram (A morte do Monsenhor Claro, 1901; A morte do Monsenhor Claro 1, 1901).

A vingança Kaingang continuou e outra aldeia Guarani foi atacada em 1902, onde nove residentes foram mortos. Dias mais tarde, os guerreiros descobriram que alguns membros desse povo trabalhavam em uma fazenda às margens do rio Laranja Doce e lá “foram

subitamente atacados pelos índios coroados que, a cacete, mataram os 8 índios mansos” (Sociedade de ethnographia, 1902).

Adão Bonifácio foi o próximo e se entrincheirou no seu pequeno rancho, onde foi pesadamente cercado. Apesar da fama, morava em uma rude tapera e não recebeu qualquer tipo de ajuda, sendo morto em algum momento de 1903. Um ano depois, o viajante Cornélio Schmidt passou em sua sepultura, que ficava ao lado da casa onde residia, e tudo se encontrava em ruínas. O local ficava perto do ribeirão Lageado, não muito longe do Salto Avanhadava, do Tietê (Schmidt, 1961, p. 394).

Os Kaingang derrotaram seu inimigo mais ferrenho e os guerreiros que tomaram parte nos combates passaram a ser muito estimados por todo o povo durante décadas, como podemos perceber no relato do senhor Geraldo de Paula Souza, datado de 1916. Souza viajou para a Terra Indígena Icatu e lá viu o

Afamado índio branco, de tez clara e cabellos louros que, apesar de francamente ser um caso de albinismo, suportava regularmente a luz do dia. Informaram-me ter pertencido ao grupo que em tempos, trucidou o monsenhor Claro Monteiro; Não nos pareceu pior que os outros e é estimado entre os seus companheiros (Souza, 1918, p. 743).

São Paulo não adotou uma política indigenista mínima porque era corrente nos meios políticos o extermínio completo dos Kaingang, entendidos como entraves ao processo colonizador. Apesar de recorrente a opinião de que esses indígenas eram refratários ao contato “por causa do ódio que votam à nossa gente, em virtude da perseguição desumana, selvagem, que os brancos, isto é, os civilizados lhes têm feito” (Assumpto do dia, 1902), as terras onde moravam eram ricas e valiam qualquer ato de violência para ocupá-las. Por isso,

Sendo os coroados um obstáculo muito sério ao povoamento e desenvolvimento da zona sertaneja, que fica entre os rios do Peixe e Tietê, nossa opinião é que o governo deve, por meio da força pública, mandar exterminar os coroados adultos, desde que eles sejam tal qual nos descreveram, prender os pequenos e trazê-los para o seio da sociedade, a fim de civilizá-los e educá-los (Assumpto do dia, 1902).

A questão que se colocava é que as violações promovidas contra os Kaingang eram necessárias e até mesmo desejadas, ou seja, eram um mal necessário em prol do colonialismo. A proposta colocada nas rodas políticas era exterminar os adultos e sequestrar as crianças

para que fossem educadas ‘civilizadamente’. O maior defensor dessas ações era ninguém menos que o próprio diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering.

Dizia que na América do Norte, o governo defendeu a propriedade privada dos colonos, perseguindo os indígenas, atacando-os e abrindo fortes de vigilância. Segundo ele, só “o Brazil desconheceu solução systematica para o importante problema, e até hoje prolonga-se a anarchia resultante da ausência de providências”. Essa inépcia, para ele, deve-se a “predilecção sentimental do brasileiro em favor dos índios”, que seria difícil transpor, por isso pedia que “protejam-se os índios pacíficos, mas garantam-se ao mesmo tempo aos colonos a vida e a propriedade contra assaltos dos índios bravios” (Ihering, 1911, p. 113).

Uma voz contrária a essas perspectivas foi a do capuchinho Bernardinho, que em 1903 dirigia uma missão nas encostas da serra dos Campos Novos do Paranapanema e, diante do que levantou, procurou o chefe de polícia estadual de São Paulo, Antônio de Godoy, para fazer uma denúncia. Aquele sacerdote

Confirmou o que dissemos há dias – que a recente ameaça dos índios do rio Feio a sertanejos de S. Paulo dos Agudos, facto de que se ocupa a imprensa, não é mais que um resultado da campanha cruel e tenaz que lhes movem os sertanejos desde longo tempo. Essa ameaça de cerca e ataque é uma represália que se fazem aos índios, perseguidos atrozmente por expedições compostas de gente rude e feroz, sem compreensão nenhuma de seus deveres de humanidade para com os moradores das selvas (Notas, 1903).

O resultado da visita do frei, contudo, foi de que a chefatura policial se encarregou de oficializar as autoridades “policiais dos logares limítrophes com as terras habitadas pelos índios” (Notas, 1903). Mas a missão de Bernardinho mal iniciou seus trabalhos e os proprietários começaram a cercar as redondezas, derrubando florestas e paralisando o trabalho de contato. O senhor Manuel Ferreira mandou derrubar as matas a apenas dois quilômetros da sede dos missionários, no lugar denominado Figueira, contratando, em 1904, o empreiteiro Belchior de tal, dezesseis trabalhadores e dois espias. A presença ameaçadora desses personagens que destruíam os meios de sobrevivência dos Kaingang e, certamente, os atacavam em surdina, deve ter gerado muitos inconvenientes, porque uma batalha campal ocorreu.

Quatro dos peões foram mortos em meio a lutas de homens portando tacapes de um lado e, do outro, facas e facões. Uma turma liderada pela família Costa, que derrubava outra área há apenas um quilômetro de distância, correu para participar do contencioso. Não se

tem informações quanto aos mortos no lado dos indígenas, mas, no mínimo, podemos entender que esses colonos estavam se aproveitando da missão para ampliar um determinado cercamento, prática que Frei Bernardino aludiu em sua palestra com o chefe de polícia (Assalto de índios no Paranapanema, 1904).

Ao não promoverem qualquer ação para reduzir esse cenário de guerra, os sucessivos governos paulistas se tornaram, no mínimo, coniventes, quando não, responsáveis pela matança dos Kaingang, como foi o caso da *Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*. Uma de suas missões entrou no rio Feio, bem nos caminhos que levavam a uma das maiores aldeias daquele povo. Durante semanas, um grande contingente de homens percorreu trilhos, plantações e desmontava campos de caça dos indígenas, coletando suas armas.

Certo dia, o engenheiro Olavo Hummel e mais alguns desses imprudentes exploradores resolveram adentrar uma mata distante do acampamento. Foram surpreendidos por guerreiros – que, após o contato, saíram em retirada, deixando para trás inúmeras flechas, “sendo algumas delas com ponta de faca”. Sabia-se que existia, “algumas léguas do Espigão da Faca, onde estamos, um aldeamento de índios. Será, talvez, indispensável, a dissolução delle”, escreveu um dos membros da comissão (Assalto dos índios, 1905).

As missões de batedores daquele povo observavam a comissão do alto das árvores, onde subiam com o auxílio de cipó, e perceberam que abriam uma picada em direção à grande aldeia. Nos dias seguintes ao contato com Hummel, outros ocorreram, com alguns durando horas seguidas. Não houve mais feridos, pelo menos do lado dos expedicionários.

Supomos que a estratégia dos indígenas era tentar segurar o máximo possível a expedição para que a população da aldeia fosse evacuada, porque quando a comissão lá chegou, não encontrou ninguém. Nas proximidades do ribeirão dos Coroados, enfim adentraram na aldeia, que tinha cerca de doze residências. “Todas ellas estavam ligadas por trilhos de cerca de um metro de largura, completamente limpos” (Exploração dos rios Feio e Aguapehy, 1905, p. 7) e, no riacho, havia dois portos. Encontraram nas redondezas muito palmito derrubado, frutos, cocos e banana. E,

Do reino animal encontramos a ossada de um bom número de representantes taes como macacos, antas, capivaras, porcos do matto e de uma porção de aves. Esses ossos estavam dispostos um a um em cipós no formato de um grande rosário, onde alternadamente se viam amarrados os craneos, costellas e tíbias d’aqueles animaes. Em muitos ranchos vimos repetida essa curiosa disposição de ossos. Quis nos parecer que é essa maneira pela qual guardam a carne moqueada, servindo-se depois, ali

mesmo na improvisada dispensa, da carne que a dentadas tiravam do varal (Exploração dos rios Feio e Aguapehy, 1905, p. 7).

Encontraram um poço com carvão, áreas de latrinas, espetos de assar e um pilão. O local foi abandonado dias antes; a comida encontrava-se em estado de putrefação e as panelas de mel haviam sido quebradas, com o conteúdo espalhado pelo chão. Com a exploração seguindo, encontraram um caminho ligando essa grande aldeia a outras menores e dava para seguir até o rio Paraná pelos caminhos indígenas (Exploração dos rios Feio e Aguapehy, 1905, p. 10).

Outra turma da comissão, que explorava o rio do Peixe, contudo, era completamente desavergonhada e procedeu uma verdadeira matança dos Kaingang, não se importando em perseguir indígenas pelos matos, contratar espias e roubar todos os utensílios que topavam pelos caminhos. Chegavam mesmo a registrar a quantidade de bens roubados e, certo dia, resolveram fazer uma violenta batida em uma das últimas aldeias daquele vale:

Antes de passarmos a barra do ribeirão dos Coroados e em ocasião que o pessoal de terra tinha embarcado, da canoa dos vigias, conseguiram lobrigar uma aldeia, onde uma porção de índios esperavam a nossa aproximação. Dispersos a tiros disparados contra o matto, desembarcamos em seguida para arrecadar os objectos que na fuga pudessem ter deixado. Entre outras coisas encontramos cerca de cem flechas e diversos arcos. Para essa aldeia e para o ataque também tinham vindo os moradores de um outro grupo ribeirinho e distante desse ponto cerca de um kilometro, como pouco depois verificamos, achando-o abandonado. No dia imediato a esse ataque, viajamos sem a menor novidade com respeito a índios (Exploração do Rio do Peixe, 1913, p. 7).

Nos dias seguintes a esse assalto, deram combate muitas vezes aos indígenas, mas os guerreiros os seguiam de perto, decerto estudando aquela gangue disfarçada de missão estudiosa. Apesar de continuarem coletando tudo que encontravam pela frente, não houve mais batidas, o que é um indício de que os indígenas resolveram abandonar a área percorrida pela comissão.

Podemos dizer que o último foco de confronto com os Kaingang foi a abertura da estrada de ferro Noroeste do Brasil, cuja administração não se fez de rogada em contratar bugreiros e incentivar ataques contra esse povo. Quando as obras chegaram à região da atual cidade de Promissão, abriu-se, em 1908, uma estação ferroviária chamada Hector Legru e ali o acampamento construiu várias picadas nas matas ao redor. Essas entradas devem ter

perturbado os Kaingang, porque em 1910 atacaram os trabalhadores, que contavam com a vigia de um feitor, que “com grande calma e valentia fez fogo contra os atacantes, errando, porém, o alvo. Esta corajosa attitude do feitor acalmou por momentos o furor dos índios” (Ataque de índios, 1910).

Um trabalhador português de nome José Rodrigues foi morto nas matas e, tempos depois desse ataque, os Kaingang reuniram-se ao redor do corpo para fazer um ritual, assistido sorrateiramente. No ritual, os indígenas “dando gritos de feroz alegria começaram a dançar macabramente em torno do cadáver. Depois, cortaram as pernas, os braços e a cabeça do desgraçado operário”, levando-os embora. Os colegas de Rodrigues o sepultaram posteriormente perto do acampamento (Ataque de índios, 1910).

Não sabemos os significados desse ritual, mas é um indício de que os Kaingang tratavam as guerras e confrontos como parte de sua religiosidade, caso contrário não teriam feito nada com aquele corpo. Mais ou menos a duzentos quilômetros dali, nos entornos da estação São Manuel, nas divisas de Botucatu, os guerreiros instalaram verdadeiras trincheiras porque “todos os trens que por alli transitam são attingidos pelas flexas dos índios, com grande pânico para os passageiros e empregados”. A estratégia era paralisar o tráfego, porque os dormentes eram arrancados e empilhados ao lado da linha (Notas, 1910).

A administração da ferrovia instalara nos trens um “limpa trilhos” e, quando chegava-se perto das trincheiras, os maquinistas aceleravam as locomotivas. Relatava-se, ainda em 1910, que os guerreiros usavam, além do arco e flecha, armas de fogo para atirar nos trens e incendiar muitos acampamentos. A situação estava se tornando crítica e a direção mandou derrubar todas as matas que ladeavam o caminho principal, procurando espantar os indígenas e atrair mais colonos para esses locais (Os índios coroados, 1910; Mala do interior, 1910).

Aproximadamente no quilômetro cento e setenta e seis da ferrovia havia o cruzamento com uma antiga estrada dos indígenas, tornando-se aquele o ponto de irradiação das muitas escaramuças que ocorriam na obra³. Acontece que muitos vigias eram contratados pela administração da linha férrea e “constituíram-se em verdadeiros agentes provocadores, para perpetuarem o seu gozo da propina que desfrutam” (Justiça dos índios, 1910). Ou seja, os

³ Quando fazemos uma aproximação dessa quilometragem a partir de Bauru hoje em dia, com o traçado da antiga ferrovia, o córrego Baixote com a referência ao riacho Azul, do documento, encontramos, mais ou menos nessa distância, a cidade de Coroados. As crônicas históricas da cidade não falam nada dessa estrada dos Kaingang, mas é provável que os primeiros arruados tenham sido instalados nos escombros desse cruzamento.

vigias bugreiros, mesmo sem qualquer motivo, instigavam os Kaingang, que revidavam e, assim, justificavam suas contratações.

Uma das batidas desse ciclo vicioso se deu quando cerca de trinta ou quarenta bugreiros subiram o córrego Azul, para exterminar uma aldeia distante uns quarenta quilômetros. Eram comandados por Barbosa Fontes, que ganhava vinte mil réis por dia – seus capangas recebiam a metade disso. Os

Índios, cerca de cem, faziam festa, que durou a noite toda. Era alta madrugada, quando os assaltantes abriram fogo, apressando a chacina, porque temiam ser pressentidos. Poucos índios escaparam. Dias depois, em seguida a muitos avisos, os indígenas trucidaram uma turma de conserveiros da estrada (Justiça dos índios, 1910).

No começo de 1911, cerca de seis trabalhadores foram mortos e como os bugreiros estavam sob vigilância, o delegado daquela cidade, Joaquim de Albuquerque Maranhão, pedia para que o governo estadual instaurasse um inquérito policial para que os indígenas fossem presos. No fundo, ele queria uma anuência para dar cabo nos Kaingang, porque lançava sérias ressalvas para com a possibilidade de convívio iminente com a tribo (A Noroeste do Brasil, 1910; O último ataque de índios na Noroeste, 1911).

A ‘pacificação’ e depois

Para muitos Kaingang, as terras do noroeste paulista eram violentas demais e com a paulatina destruição dos seus locais de moradia, optaram por abandonar aquelas paisagens. Pelo menos é esse o contexto da cena descrita abaixo em um jornal da capital paulista, que registrou um grande deslocamento desses indígenas em direção ao Paraná:

Um engenheiro, recentemente vindo do interior de S. Paulo, trouxe a notícia da emigração em massa, do território desse Estado, de índios que transpassam o Paranapanema, onde têm sido vistos por pessoas subindo o rio até Salto Grande. Evidentemente se trata dos índios coroados, que até agora ocuparam os terrenos limitados pelos rios Baixo Tietté, Aguapehy (Rio Feio) e rio do Peixe (Tigre) e que em consequência dos grandes movimentos dos últimos anos n’aquelle sertão, como: as explorações da Comissão Geographica, a reconstrução da estrada de rodagem de Campos Novos do Paranapanema ao longo do rio S. Anastacio até a sua foz no Paraná e o rápido avançar da Estrada de Ferro Noroeste, se sentem ameaçados, temendo o futuro. Notícias do Paraná comunicam grandes movimentos de índios nas regiões do rio das Cinzas. A emigração espontânea dos coroados fugindo dos territórios de S. Paulo é a melhor solução para a final conquista do sertão, pondo termo pacífico a

uma guerra que há longos anos reinava entre eles e os nossos pioneiros da cultura (Os coroados em movimento, 1908).

Os Kaingang foram tentar a vida no Paraná, procurando se instalar no vale do rio Laranjinha, mas essa luta diaspórica não parou. Por dois anos devem ter sofrido nas mãos dos bugreiros, porque quando o SPI tentou instalar um posto de atração da tribo, não achou viva alma. Sequer tiveram tempo para construir aldeias e as únicas informações que os agentes levantaram foram que aquele grupo manteve breves relações com os Guaranis-Nhandewa, que já eram habitantes antigos dali (Despacho n. 135, 2004).

Ao que tudo indica, os sobreviventes rumaram mais ao sul, encontrando seus parentes, porque, a partir da década de 1930, “os Kaingang, já estavam aldeados em São Jerônimo da Serra e Apucarantina, circulavam pelas matas existentes caçando, coletando e pescando nos rios Tibagi, Pirapó, Ivaí, Piquiri e seus afluentes”. Será que esses caçadores errantes pertenciam ao grupo de fugitivos das terras paulistas? Não sabemos (Mota, 2007, p. 51).

E o que se passou com os Kaingang que ficaram em São Paulo? Há sucessivas informações sobre os constantes conflitos que se davam entre esses indígenas e os trabalhadores que construíam a referida linha férrea Noroeste do Brasil, principalmente porque derrubavam extensas áreas florestais, escasseando ainda mais a caça e locais de moradia tradicionais daquele povo – sem falar dos cemitérios, zonas de culto, etc.

Niminon Pinheiro, em sua tese, diz que, em fins de 1910, o SPI enviou agentes aos locais de conflito entre os Kaingang e a estrada de ferro para levantar a situação. Entrevistaram bugreiros, percorreram vilas e cidades para estudar possíveis locais de atração dos indígenas e causaram forte temor entre muitos moradores. Se dizia que aqueles militares levariam presos alguns proprietários, mas não foi isso que sucedeu. Nenhum coronel regional foi incomodado e sequer se cogitava qualquer importunação nesse sentido (Pinheiro, 1999, p. 106-108).

O oficial indigenista Manuel Sylvino Bandeira de Mello passou a dirigir um acampamento de atração, que se intitulava Villa Kaingangue e, perto dali, uma clareira foi aberta para centralizar as atividades a partir de 1912. Alguns Kaingang vindos do Paraná atuavam como intérpretes, sendo que uma senhora chamada Vanuire se notabilizou por entoar músicas de seu povo em cima de um tronco. Esperava-se que sua voz ajudasse nessa atração.

Estrategicamente os grupos liderados pelos chefes Congue Hui, Rugrê, Doquê e Charim foram sendo levados para esse local, deixando suas aldeias e esvaziando vastas regiões. Reunidos, “após o ano de 1915, foram transferidos para uma reserva de poucas centenas de alqueires, situada a alguns quilômetros da Estação Glicério (Noroeste). São suas aldeias: Icatu e Vanuire” (Mello, 1982, p. 24; 31).

Esse foi o sentido da “pacificação” operada pelo SPI, porque retiraram os Kaingang de seu território e os localizaram em dois aldeamentos exíguos. Concomitantemente a esse processo, os indígenas reunidos foram sistematicamente atingidos por doenças alienígenas a partir de 1913. No primeiro contato, foram reunidas cerca de setecentas pessoas, mas após esses eventos não sobravam sequer duzentas. O único chefe dos reunidos que não morreu foi Charim, todos os outros pereceram e “houve mesmo um grupo, o do Congue Hui, que foi totalmente aniquilado no curto espaço de alguns dias. Isso se deu de março a abril de 1913”. E o que daí se seguiu com os Kaingangs “é impossível de ser evocado por uma descrição qualquer!”, porque as mortes não paravam de ocorrer (Barbosa, 1954, p. 66-71; Veiga, 2000, p. 67).

O antropólogo russo Henrich Henrikhovitch Manizer esteve nesse posto, fazendo um trabalho de registro valioso e que merece estudos específicos. Anotou que “a vida está longe de ser tranqüila no posto”, porque logo cedo, nas cabanas, os indígenas começam os seus lamentos em memória dos mortos, principalmente os que foram perdidos nos últimos anos com os intensos combates contra os bugreiros. Após os afazeres diários, porém, “à tardinha, ao crepúsculo, e também durante a sesta no ardente calor após o meio-dia, os gemidos em lembrança dos mortos recomeçam. Mesmo no meio da noite acorda-se com esses sons familiares” (Manizer, 2006, p. 16).

Um problema persistia, porque muitos Kaingang continuaram em condição de isolamento e Horta Barbosa, o responsável por essa atração, ativou um plano ousado e completamente imprudente. Solicitou a um dos chefes para poder levar o menino Peipó para sua casa, no Rio de Janeiro. Lá, ele foi educado por seis anos por uma rotina rígida e completamente positivista, para que assim pudesse contactar os isolados. Quando retornou às terras de seu povo, Peipó de fato passou a conviver com eles nas matas. Acontece que era um conhecido namorador e, em certa altura, mais ou menos por volta de 1918, os isolados vieram a um dos postos e

O Peipó, que tinha a consciência pesada, mal ouviu se dirigirem para o seu lado, tratou de atirar contra o velho chefe Requen-Kri, com chumbo oito, a uma distância de mais de cem metros, procurando depois pôr-se a salvo, em dependência da Missão. A essa distância, não sofreu mal algum aquele atentado Kaingang, que o atacou, juntamente com cinco companheiros (Francisco de Barros Júnior, 1947).

A questão é que aquela comissão vinha buscar a jovem Ganheri, que morava com Peipó e nunca mais voltou para os seus. Toda a briga se espalhou e alguns guerreiros foram mortos, sem falar que Requen-Kri era muito respeitado. Aquela afronta fez com que muitos dos Kaingang que estavam aldeados abandonassem o projeto e retornassem para as matas. Infelizmente, não encontramos mais informações sobre esses indígenas, que passaram a viver na condição de isolamento e, provavelmente, foram mortos por bugreiros nos anos seguintes.

As epidemias, contudo, não tinham acabado de todo, porque em 1919 houve um recrudescimento das doenças e trinta Kaingang morreram de gripe. Nos anos seguintes, o número de óbitos aumentou e uma espécie de *lockdown* foi instituída, pelo qual se proibiu os indígenas de tomarem seus banhos diários e de praticarem o culto do Kiki, ritual que costumava reunir um grande número de pessoas. Essas mortes reduziram essa população a tal ponto, que no começo dos anos 2000, apenas cinquenta Kaingang ainda residiam em suas aldeias paulistas e somente doze falavam sua língua pátria (A gripe, 1920; Veiga, 2000, p. 35).

Além da hecatombe humana, a “pacificação” dos Kaingang destituiu a mata Atlântica, campos naturais e porções de cerrado paulista dos seus guardiões. O meio ambiente sofreu, porque a cobertura vegetal nativa, que era de cinquenta por cento de todo o estado em 1907, foi reduzida a quase nada em 1930, quando o descampado virou norma pelos interiores. Restavam apenas algumas capoeiras (Nolon *et al.*, 2022, p. 17; Victor, 2005, p. 21).

Considerações finais

Quando montamos a narrativa, verificamos que as fontes demonstravam um processo continuado de caçada aos Kaingang e que foi promovido pelos proprietários colonizadores. Seus locais de moradia eram esquadrihados constantemente por bugreiros de forma violenta, o que gerou um processo de resistência por parte desse povo.

É possível dizer que os Kaingang procuravam, com suas resistências, iniciar um contato mínimo para que fossem deixados em paz no seu território, tanto é assim que aderiram, em grande parte, ao processo de redução proposto pelo SPI. Só não sabiam que a estratégia do

órgão era fazer com que abandonassem suas terras e fossem localizados em pequenos aldeamentos.

A guerra constante travada contra esses indígenas destruiu de maneira permanente muitas das suas estruturas sociais, principalmente com a morte de muitas lideranças. A única certeza que tivemos ao longo dessa pesquisa é que a insistente teimosia dos Kaingang em não sucumbir foi o que permitiu a sobrevivência desse povo em São Paulo.

Fontes

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Último acesso em 29/04/2026.

Fontes cartográficas

HABERSHAM, R. **Carta ilustrada da província de São Paulo**. 1875. Disponível em: <https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.html>. Acesso em: 29 dez. 2023.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Mappa chorographico da Província de São Paulo**. 1841. Disponível em: <https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.html>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SOCIEDADE PROMOTORA DA IMIGRAÇÃO. **Mapa da Província de São Paulo**. 1886. Disponível em: <https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.html>. Acesso em: 29 dez. 2023.

Fontes Primárias

A derradeira Oti. **O Combate** (São Paulo), ed. 2312, 1923.

A gripe. **O Combate** (São Paulo), 1920.

A morte do monsenhor Claro. **O Commercio de São Paulo**, ed. 2594, 1901.

A morte do monsenhor Claro 1. **O Commercio de São Paulo**, ed. 2596, 1901.

A Noroeste do Brasil. **Correio Paulistano**, ed. 16963, 1910.

A proteção dos índios. **Jornal do Brasil**, ed. 177, 1910.

Assalto de índios no Paranapanema. **Correio Paulistano**, ed. 14735, 1904.

Assalto dos índios. **O Commercio de São Paulo**, ed. 4400, 1905.

Assemblea provincial. **Correio Paulistano**, ed. 7596, 1882.

Assumpto do dia. **Correio do Sertão**, ed. 17, 1902.

Ataque de índios. **Correio Paulistano**, ed. 16758, 1910.

Correrias dos índios. **Monitor Campista** (RJ), ed. 229, 1886.

Francisco de Barros Júnior. **Fauna** (SP), ed. 10, 1947.

Horda de índios. **Jornal do Brasil**, ed. 160, 1900.

Índia de 110 anos. **Jornal da Orla** (SP), ed. 429, 1982.

Índios em S. Paulo. **Gazeta de Notícias** (RJ), ed. 241, 1898.

Interessantes dados históricos. **Jornais de Notícias** (SP), ed. 1290, 1950.

Justiça dos índios. **A Tribuna** (SP), ed. 22, 1910.

Mala do interior. **Correio Paulistano**, ed. 16890, 1910.

Morre a última Oti-Xavante. **A Tribuna** (SP), ed. 212, 1988.

Nascimento do império cafeeiro. **Correio Paulistano**, ed. 30979, 1957.

Notas. **Correio Paulistano**, ed. 14422, 1903.

Notas. **Correio Paulistano**, ed. 1611, 1910.

O cacique Bandeira. **Correio Paulistano**, ed. 7842, 1882.

O último ataque de índios na Noroeste. **Correio Paulistano**, ed. 17278, 1911.

Os coroados em movimento. **Jornal do Commercio**, ed. 1565, 1908.

Os índios coroados. **Correio Paulistano**, ed. 16812, 1910.

São Paulo. **Jornal do Brasil**, ed. 30, 1891.

Sociedade de ethnographia. **O Commercio de São Paulo**, ed. 3045, 1902.

Sertões. **Correio Paulistano**, ed. 15479, 1906.

Várias notícias. **Jornal do Commercio** (RJ), ed. 187, 1911.

Referências

BASTOS, Adélia Diniz Junqueira. **Os filhos da fazenda das Melancias**. Ribeirão Preto: VGA Editora, 1996.

BARBOSA, Luiz Bueno. **A pacificação dos Caingangos Paulistas**: hábitos, costumes e instituições desses índios. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1912.

BARBOSA, Luiz Bueno. Relatório dos trabalhos realizados pela Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais em S. Paulo, durante o ano de 1916. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8, p. 59-77, 1954.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, Lisboa, livro 2, p. 421-443, 2021.

BRASIL. **Decreto n. 426**, de 24 de julho de 1845. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 4 abr. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Despacho n. 135**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004.

COMMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Exploração dos rios Feio e Aguapehy**. São Paulo: Typ. Brazil Rothschild & Cia, 1905.

COMMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Exploração do rio do Peixe**. São Paulo: Typ. Brazil Rothschild & Cia, 1913.

GIAVARA, Eduardo. As fronteiras do desconhecido: civilização e barbárie no Oeste Paulista. **Albuquerque: Revista de História**, Aquidauana, v. 8, n. 16, p. 147-165, 2016.

IHERING, Hermann von. A questão dos índios no Brasil. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8, p. 112-140, 1911.

IHERING, Hermann von. A antropologia do Estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 7, p. 202-258, 1911.

MELLO, Darcy S. Bandeira de. **Entre índios e revoluções**. São Paulo: SOMA, 1982.

MANIZER, Henrich Henrikhovitch. **Os Kaingang de São Paulo**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.

MANO, Marcel. Guerras e saques: apropriações e incorporações diferenciais das alteridades entre os Jê-“Cayapó” meridionais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 1-25, 2020.

MOTA, Lúcio Tadeu. As populações indígenas Kaiowá, Kaingang e as populações brasileiras na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX. **Revista Fronteiras: revista de História**, Dourados, v. 9, n. 16, p. 47-72, 2007.

MOTA, Lúcio Tadeu. Apontamentos sobre os Guarani. **Revista Tellus**, Campo Grande, n. 24, p. 311-360, 2013.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Textos indigenistas**. São Paulo: Loyola, 1982.

NIMUENDAJÚ, Curt. Apontamentos sobre os Guarani. **Revista Tellus**, Campo Grande, n. 24, pp. 311-360, 2013.

NOLON, Marco Aurélio *et al.* **Inventário da cobertura vegetal nativa do Estado de São Paulo**. São Paulo: SIMA/IPA, 2022.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **O vasto teatro civilizatório: os indígenas e o trabalho no Brasil Imperial (1845-1890) na região do Jequitinhonha**. 2023. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

PINHEIRO, Niminon Suzel. **Etnohistória Kaingang e seu contexto**: São Paulo, 1850-1912. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1992.

PINHEIRO, Niminon Suzel. **Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo: oeste paulista, 1912-1967**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

PINHEIRO, Niminon Suzel. A etnia Kaingang em São Paulo: abordagem etnográfica e etno-histórica. **Revista Estudos Latinoamericanos**, Cidade do México, n. 25, p. 133-171, 2005.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. *In*: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, t. 15, p. 338-458, 1961.

SOUZA, Geraldo H. de Paula. Notas sobre uma visita a acampamentos de índios Caingangs. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, t. 10, p. 739-758, 1918.

VEIGA, Juracilda. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

VICTOR, Mauro Antônio Moraes *et al.* **Cem anos de devastação: revisitada 30 anos depois**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

ZICMAN, Renéen Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985.